

XVII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ

Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro



Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIAS

Maria Helena Rodrigues Campelo²⁰⁵

Gisafran Nazareno Mota Jucá²⁰⁶

RESUMO

O tema deste estudo corresponde: os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias. O objetivo geral compreende: identificar os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias. Delineamos como objetivos específicos: compreender as expressões das relações de poder nas famílias; observar as implicações das relações de poder para as mulheres; analisar a conexão entre relações de poder e a educação para as mulheres nas famílias. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, com a utilização da História Oral como opção metodológica, na qual valorizamos as narrativas das histórias de vida e do cotidiano das mulheres. Consideramos como base metodológica o âmbito da História Cultural, como possibilidade de análise e compreensão da História das Mulheres e a História das Famílias. Considerando o âmbito da Linha de Pesquisa na qual estamos situados, utilizamos a História Comparada como indicativo para análise de compreensão da realidade das mulheres participantes da pesquisa. Como fundamentação teórica delimitamos a referência ao

²⁰⁵Assistente Social; Psicóloga; Mestranda da Linha História e Educação Comparada, da Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC; lenacampelo@gmail.com

²⁰⁶Pós-Doutor em História Urbana pela UFRS; Doutor em História Social pela USP; Mestre em História pela UFPE; Graduado em História pela UECE; Professor, orientador, da Linha História e Educação Comparada, da Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC; gisafranjuca@gmail.com

pensamento de Foucault (1988) para compreender as expressões das relações de poder sobre as mulheres nas famílias. Nossa pesquisa encontra-se em fase exploratória, na qual realizamos um estudo de caso de uma família, com diálogos e narrativas das mulheres sobre suas histórias de vida. Apontamos como indicativos de resultados: as relações de poder presentes nas famílias, impactando as mulheres quanto aos aspectos observados: educação, cultura, trabalho, casamento, maternidade, direitos, dentre outros. Observamos como considerações preliminares que há transformações demográficas, sociais, culturais e econômicas nas configurações familiares que exigem novas demandas e papéis para as mulheres nas famílias.

Palavras-chave: Mulheres. Famílias. Relações de Poder.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo corresponde: os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias, emergiu como possibilidade para compreender as implicações da educação sexista sobre a vida das mulheres e as dinâmicas familiares. A motivação inicial neste campo teve origem na minha própria história de vida, no interesse pessoal, na formação acadêmica, nas experiências profissionais, no diálogo com outras mulheres que inspiraram o desejo de contar a história de silêncios nas famílias. Esta pesquisa, ora apresentada nesse trabalho tem por objetivo geral: identificar os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias. Como objetivos específicos apontamos: compreender as expressões das relações de poder nas famílias; observar as implicações das relações de poder para as mulheres e analisar a conexão entre relações de poder e a educação sexista.

Compreendemos que as mulheres são impactadas nas suas famílias em decorrência das relações de poder, isso pode ser identificado considerando-se os papéis, funções e representações sociais das mulheres no âmbito doméstico e no mundo do trabalho, na expressão do sexismo, nos padrões machistas de discriminação, exploração e opressão das mulheres. Procuramos analisar a história de vida e a realidade das mulheres nas famílias, identificando as desigualdades, contradições e complexidades que interferem na identidade, nos papéis e representações sociais das mulheres. Questionamos: quando e como, nós mulheres, poderemos nos considerar livres das relações de poder que permeiam a história das mulheres nas famílias?

Precisamos começar rompendo padrões, reconhecendo quem somos, o que fazemos, como atuamos, observando os discursos, os saberes construídos e legitimados, mas principalmente, compartilhando conhecimentos, viabilizando o acesso à educação, à cultura e a outras formas de relações, sem opressões e explorações, pautadas na igualdade entre homens e mulheres.

O fio condutor desta pesquisa são as referências da História Cultural, aproximando para a realidade local, utilizamos a História Comparada como recurso para compreensão e análise do conteúdo. Como linha condutora, recorreremos a Foucault (1988) para compreensão da temática mulheres e famílias e sua interface com as relações de poder. Visamos contar histórias de mulheres que vivenciam em suas famílias um silêncio de narrativas. Dialogamos com autoras que relatam a história das mulheres para evidenciar narrativas femininas sobre o cotidiano de suas famílias. Destacamos as memórias, a transmissão da cultura pela oralidade, os saberes práticos e subjetivos construídos nas relações, como elementos que demarcam e reafirmam histórias de vida.

RELAÇÕES DE PODER NA HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS FAMÍLIAS

Dialogamos com Simone de Beauvoir (2009) para contextualizar questões sobre as mulheres, tais como: “O que é uma mulher?” (p. 16). Sobre este questionamento, a autora pontua que “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar desta realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (p. 16). Afirma que a humanidade é masculina, no sentido de que as premissas para os seres humanos foram criadas em relação aos homens e à masculinidade, sobre o qual, complementa: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (p. 18). Compreendemos a autora observando a análise dos discursos: as mulheres foram apresentadas como “O outro” e não como o ponto de partida. Também parte dela a assertiva sobre “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, indicando a influência da cultura para a delimitação do que se define como feminino e como mulheres na sociedade.

Nesta perspectiva, questionamos: de onde parte tal compreensão e por que o discurso das relações de poder se sustenta? Por que simplesmente não invertemos a ótica e colocamos as mulheres em primeiro plano? Beauvoir (2009) também se questiona sobre: “Por que as

mulheres não contestam a soberania do macho?” (p. 19); “De onde vem esta submissão na mulher?” (p. 20). A autora sugere explicações: partindo de uma premissa básica compreende que as mulheres não se identificam autenticamente com um sujeito coletivo, “as mulheres não dizem nós!” (BEAUVOIR, 2009, p.20); e complementa que as mulheres: “Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que a outras mulheres” (BEAUVOIR, 2009, p.21). Neste cenário, as mulheres manteriam um vínculo com os seus opressores, de forma que a divisão sexual dos sexos contribuiu para a manutenção deste status e separação, pois não haveria igualdade nestas condições. Segundo a autora, “isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (IDEM). Diante deste contexto, perguntamos: estando as mulheres inseridas numa condição de desigualdade em relação aos homens, não conseguem perceber esta opressão? Beauvoir (2009) também se questiona sobre este aspecto e pontua que quando o homem considera a mulher como Outro encontra nela uma cumplicidade. “Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro.” (p. 22). Nessa linha de compreensão, refletimos: como se originou esta estrutura? Beauvoir (2009) também pergunta: “como tudo isso começou?” Para a autora, a dualidade entre os sexos surgiu como um conflito, no qual, em suas origens, os homens conseguiram impor sua superioridade às mulheres. O que nos move, portanto, a partir destas reflexões, é compreender as origens do fenômeno que se expressa em relações de poder nas famílias e como isso impacta as mulheres. Visamos localizar os discursos que emergiram e sustentam saberes que legitimam a condição de desigualdade das mulheres.

Os acontecimentos históricos, sociais e culturais evocados sobre a condição das mulheres são indissociáveis da constituição das famílias, pois muitos elementos que aparentemente possuem uma característica do âmbito privado, doméstico, familiar, compõem uma rede de conexões e vínculos com esferas mais amplas da sociedade. Dessa forma, identificamos como em todos os estágios da história da humanidade, as mulheres são mais afetadas quanto às exigências de adequações as normas sociais. Questionamos sobre as estratégias de resistências das mulheres diante das formas de opressão e exploração que se evidenciam, no cenário de discursos que se baseiam em relações de poder e correlações de

forças. Entre o surgimento da família como instituição e a forma de constituição das famílias na contemporaneidade, decorrem muitas transformações, como podemos observar a seguir.

Observamos nos últimos trinta anos transformações nas famílias brasileiras decorrentes de mudanças, articuladas, em vários âmbitos da sociedade, no direito, no trabalho, na cultura, na educação, na economia, dentre outros. Ana Scott (2017) apresenta diversas configurações e dinâmicas das famílias no presente contexto, a partir dos anos 1980, situando que nesta década o casamento ainda era compreendido como uma “fundação” entre homens e mulheres, consistia no modelo tradicional “[...] baseado no ideal de um casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel” (p.91), cujo objetivo era garantir a reprodução dos indivíduos e das famílias, estando os papéis naturalmente definidos para os pais provedores e as mães donas de casa. Para a autora, este modelo começa a sofrer impactos com a Lei do Divórcio no Brasil (1977), pois o aumento de divórcios permitiu novas configurações familiares.

De acordo com Scott (2017), outra mudança correspondente à composição das famílias: casal e filhos, que diminuiu para quase a metade. Em paralelo, aumentou a participação das mulheres como responsáveis nos domicílios. Outra alteração refere-se à estrutura da população brasileira, a expectativa de vida das famílias, pois aumentou a proporção da idade de sessenta e dois para setenta e cinco anos de idade. Outro aspecto observado diz respeito à redução na taxa de fecundidade, diminuindo, paralelamente, a quantidade de filhos nas famílias. Outro elemento se refere ao adiamento da maternidade e do casamento, e o aumento das famílias que decidem não ter filhos, com o crescimento dos casais conhecidos como DINC – duplo ingresso, nenhuma criança, casais também com maior escolaridade e maior renda familiar. Todavia, cresceu o número de casamentos, de recasamentos ou uniões sucessivas, identificando que as pessoas ainda escolhem e procuram manter relações familiares estáveis; mas diminuiu o número de casamentos no civil e no religioso, aumentando, em contrapartida, o número de uniões consensuais, da realização de casamentos coletivos também.

Segundo Scott (2017), uma das transformações mais significativas está relacionada às mudanças nos papéis das mulheres na sociedade, no mundo do trabalho, na educação, na cultura, nas famílias e nos domicílios, mesmo que ainda persista a desigualdade de gênero. Na educação aumentou o nível de escolaridade e da participação das mulheres nas escolas e universidades. No mercado de trabalho aumentou a participação feminina nos postos e nos cargos de liderança, bem como a renda familiar e o nível de consumo e de vida das famílias,

identificando-se o processo definido como “feminização do mercado de trabalho”. Contudo, mesmo com mais oferta, se observa a desigualdade de gênero quanto às disparidades nos salários entre homens e mulheres, elas ganham menos. Além disso, mesmo com mais mulheres sendo responsáveis pela manutenção da casa, dos filhos, da família, como pessoas de referência (em substituição a chefes de família), ainda se identifica os homens como principais provedores. Quanto às mudanças nos papéis das mulheres, Scott (2017) comenta que houve separação das mulheres reconhecidas apenas pelas funções conservadoras de “donas de casa, rainha do lar, mãe integral”, havendo distinção para a sexualidade feminina, quanto à procriação e ao sexo por prazer, ao uso de métodos contraceptivos, e principalmente, à liberdade, reconhecimento e visibilidade quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, a escolha dos parceiros, a decisão sobre a maternidade, o tempo e a quantidade de filhos. Conforme a autora, o grande triunfo é a liberdade de escolha das relações “[...] baseada nos sentimentos, no amor, nas afinidades, no afeto” (SCOTT, 2017, p. 98). Destarte, ocorre disparidade quanto aos novos papéis para mulheres, com a maior participação no mundo do trabalho, no sustento e provisão de casa e nas responsabilidades domésticas, implicando aumento na jornada de trabalho, ao trabalhar fora e dentro de casa.

Para Scott (2017) a variável cultural contribui para este cenário, pois relega às mulheres um papel secundário na hierarquia interna da família, indicando que a equidade de gênero no Brasil, segundo ela, é uma revolução inacabada. A autora destaca que as principais transformações nas famílias afetam as mulheres, pois “elas têm que lidar com o desejo de ter uma vida profissional plena, com a pressão do relógio biológico para ter filhos e o desafio de equacionar o tempo disponível a ser dividido entre trabalho e prole” (SCOTT, 2017, p. 99). Outro fator a ser considerado no contexto de transformações familiares, de acordo com Scott (2017), tem relação com o crescimento das uniões homoafetivas, da homoparentalidade, do poliamorismo, das famílias simultâneas, de uniões poliafetivas. Também se identifica elementos nos laços de parentesco e de afetividade, pois houve queda no número de consanguíneos, repercutindo na possibilidade de famílias sem parentes de sangue. Quanto às novas formas de famílias, a composição varia do tipo família pé de feijão, “compridas, finas”, verticalizadas, com geração ascendente, aumento da avosidade, e paralelamente, com redução horizontal, colateral, de lateralidade dos parentes (tios, primos). Também ocorre uma ênfase na

construção de vínculos e afetos nas famílias, como presentes nas famílias eudemonistas, que se constituem pela afetividade na busca da felicidade.

Para compreender essas transformações, recorremos a Michel Foucault (1988) para compreender a História das Mulheres, buscando pontos para compreensão e identificação das relações de poder, dos discursos e práticas presentes na interface do saber e do poder relativos às famílias. Foucault (1999) visa como método buscar as instâncias de produção discursivas, de produção de poder, das produções de saber [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 17). Partindo destes aspectos, refletimos: como são produzidos os saberes sobre as mulheres? Quando se construíram as relações de poder nas famílias? Questionamos: em que momento se tornou um discurso a história das mulheres nas famílias? Por que observar os discursos sobre as relações de poder em relação às mulheres? De que forma emergiram os mecanismos e dispositivos que regulam as relações de poder nas famílias?

Foucault (1999) contextualiza a construção dos discursos, mecanismos e dispositivos do saber, do poder e do prazer. Consideramos em sua análise, o surgimento da sociedade burguesa, da família e dos discursos sobre a sexualidade humana e a compreensão sobre o conceito de sexo. Foucault (1999) explica que a família do século XIX se constituiu numa “célula monogâmica e conjugal”, mas também, numa “rede de prazeres-poderes”, articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis. Em suas palavras “[...] uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis.” (FOUCAULT, 1999, p. 46). Desta forma, a história das mulheres nas famílias pode ser compreendida evidenciando-se as relações históricas estabelecidas entre as relações de poder e saber, os discursos sobre as mulheres. Outrossim, o autor enfatiza que o dispositivo familiar pode e foi usado como mecanismo de poder, servindo de suporte as grandes manobras pelo controle malthusiano da natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais (FOUCAULT, 1999, p. 95).

Para Foucault (1999, p.89) poder é nome dado para uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, o que nos leva a considerar que não corresponde a uma instituição ou estrutura, mas uma força onipresente, porque se produz constantemente em toda relação, encontra-se em todos os lugares. Compreendemos que pensar a história das mulheres nas famílias implica reconhecer as relações de poder, considerando correlações de força, as desigualdades e contradições localizadas, instáveis, dinâmicas, onipresentes e produzidas nas

relações. Desta forma, compreende-se que “[...] as relações de poder são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1999, p. 89). As correlações de força são intencionais, percebidas nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições. Este aspecto sobre o poder nos permite refletir sobre a história das mulheres nas famílias, identificando como as mulheres constroem resistências e ao mesmo tempo reforçam tal estrutura de poder, como correlações, como elementos indissociáveis. Identificamos como nós fomos e continuamos sendo questionadas ou tensionadas quanto à sexualidade feminina, principalmente nas famílias, pois os sistemas de regulação, repressão, opressão se direcionam ao feminino. É preciso evidenciar os discursos, as correlações de forças que sustentam, mantêm e ampliam o saber sobre o corpo das mulheres e a sexualidade feminina, como objeto de controle.

Sob este parâmetro, Foucault (1999), considera que a família, valorizada no século XVIII, permitiu que nos eixos principais, marido – mulher e pais–filhos, fossem desenvolvidos os principais elementos do dispositivo da sexualidade. O autor complementa que “a família é o permutador da sexualidade com a aliança, transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade, e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime de aliança” (FOUCAULT, 1999, p. 103). Podemos compreender a família como o lugar de expressão destas relações de poder. O autor comenta “que a família tenha se tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que por esta razão, ela nasça incestuosa.” (IDEM). Foucault (1999) apresenta a constituição da família, que se estende aos dias atuais, na qual o dispositivo da sexualidade se vincula, se estreita e se intensifica cada vez mais a sua estrutura. O autor constata que a família constitui para o dispositivo da sexualidade um fator central de sexualização, quando as mulheres são alvo desta investida. Ele pontua que “A família é o cristal no dispositivo da sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata.” (FOUCAULT, 1999, p. 105).

Diante da análise sobre mulheres e famílias, consideramos que o conceito de relações de poder corresponde a uma construção social, política e cultural das relações entre homens e mulheres. Os impactos sobre a constituição da identidade subjetiva, dos comportamentos considerados feminino e masculino, reproduzidos na sociedade. As relações de poder ocorrem

no âmbito material, mas principalmente no simbólico, atuando no nível dos padrões, normas e instituições. Este conceito questiona a naturalidade das diferenças sexuais que revelam as desigualdades na sociedade patriarcal, com hierarquias e privilégios masculinos, pois os papéis assumidos pelas mulheres foram representados por desvalorização, discriminação, opressão, subalternidade, submissão e exploração em diversos espaços, no âmbito familiar, no trabalho, nas religiões. O mecanismo da desigualdade das relações de poder se expressa na apropriação das condições objetiva e subjetiva das mulheres no cotidiano, pois interfere nas dinâmicas familiares, repercute no acúmulo de funções na esfera pública e privada, decorrente da divisão sexual do trabalho, aos papéis e funções assumidos pelas mulheres nas responsabilidades domésticas e familiares. As contribuições teóricas apresentadas possibilitam compreender que existem relações de poder marcadas por desigualdades entre homens e mulheres, resultam de construções históricas, sociais, políticas, culturais e impactam as famílias.

METODOLOGIA

Para realização do presente estudo consideramos como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, na qual optamos pela pesquisa bibliográfica e de campo. A proposição do tipo e da natureza da pesquisa demanda a escolha das categorias, a definição das técnicas de coleta, amostras, registros dos dados, permite a revisão de literatura e as reflexões sobre o tema e os resultados, a partir da sistematização e construção das análises. A pesquisa qualitativa parte de questionamentos que aprofundam o conhecimento sobre a realidade e os fatores que determinam os fenômenos, apoiados em teorias e hipóteses que oferecem novas reflexões.

A preferência pela História Cultural nos desloca do aspecto linear dos acontecimentos e fatos históricos, permitindo-nos compreender os elementos intrínsecos e conectados que garantem a base e a sustentação das redes e conexões. O seu embasamento teórico-metodológico permite compreendermos a relação entre as narrativas, a sensibilidade e a memória. Sandra Pesavento (2008) nos explica que precisamos falar dos indivíduos, de subjetividades, das trajetórias pessoais e histórias de vida, complementando que silêncios e vazios são formas de enfrentar o cotidiano para aquele que busca entender as razões e os sentimentos que guiavam a vida dos homens no passado.

No âmbito da História Comparada, compreendemos que para definir o perfil das mulheres nas famílias precisamos relacionar variáveis, destacando quais fatores podem

interferir no contexto em que estão inseridas. Tomando por base a perspectiva da comparação, observamos que a realidade das histórias das mulheres possui elementos que se conectam a uma estrutura na qual somos identificadas como sujeitos, com singularidades expressas em cenários diferentes. As categorias que podem ser utilizadas sob o olhar comparativo sobre as mulheres correspondem: idade, classe, raça e etnia, orientação sexual, renda, escolaridade. Compreendemos com base em Schriewer (2009) a necessidade em delimitar e comparar perspectivas de análise, por meio de reconstruções conceitualmente informadas, soluções de problemas historicamente realizados como realizações particulares daquilo que em diferentes cenários socioculturais é estruturalmente possível. No estudo de caso delimitado nas entrevistas exploratórias, compreendemos a necessidade de demarcar as falas de mulheres com perfil diferente, assim como, perceber a diversidade e as semelhanças quanto aos ciclos de gerações na mesma família.

Propomos a utilização da História Oral, pela contribuição aos estudos sob um olhar interdisciplinar, a atenção para a sensibilidade e afetividade do público participante, para identificar as narrativas das mulheres, com relatos sobre as histórias femininas de vida e do cotidiano. A História Oral possibilita articular a memória individual e a memória coletiva, nas narrativas percebemos os discursos e as relações de poder que perpassam as mulheres nas famílias. Amado e Moraes (1998) apresentam a relevância da História Oral como metodologia, que remete a uma dimensão técnica e outra teórica, estabelece e organiza procedimentos de trabalho, funcionando como conexão entre teoria e prática. “A história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas.” (AMADO e MORAES, 1988, p. 16).

Após a delimitação da base conceitual deste estudo, realizamos o recorte temporal para a pesquisa: o período compreendido entre 2017 e 2019. O local, fonte da coleta de dados, compreende: Instituto Beatriz e Lauro Fiuza – IBLF, Organização da Sociedade Civil – OCS, da cidade de Fortaleza. A definição deste lugar emergiu da minha experiência profissional e do contato com as mulheres no cotidiano institucional e comunitário, pois a instituição se localiza em três diferentes regiões da cidade de Fortaleza, apresentando características diversas quanto aos territórios. O público participante do estudo foi delimitado como: mulheres adultas, faixa etária de 18 a 59 anos; vinculadas a instituição específica, são educandas, irmãs, filhas, mães, tias, primas, avós, atendidas pelo instituto e residentes na cidade de Fortaleza. O recorte espacial

emergiu da minha experiência profissional e da observação no cotidiano sobre a demanda de escuta e fala destas mulheres em relação a suas famílias. Na escolha das participantes consideramos os aspectos: geração, raça e etnia, classe, renda, escolaridade, ocupação; situação no mercado de trabalho, orientação sexual, relações afetivas. No desenvolver da pesquisa, consideramos a possibilidade de focar a análise em estudo de caso de famílias que possuem mais de uma participante vinculada à instituição, pois nos interessa observar as dinâmicas familiares e não apenas os impactos individuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a primeira etapa exploratória da pesquisa, identificamos a necessidade de realizar um estudo de caso de uma família, na qual foram entrevistadas mulheres do mesmo grupo familiar, com perfis diferentes, todas vinculadas com a instituição demarcada no recorte espacial: o Instituto Beatriz e Lauro Fiuza – IBLF. A partir das entrevistas iniciais, como percepção do tema, observamos que as mulheres entrevistadas compõem o seguinte perfil: adultas (19 a 40 anos), residentes na periferia de Fortaleza, em território considerado com baixo índice de desenvolvimento humano – IDH e alto índice de vulnerabilidade e risco social, sendo que o bairro Passaré apresenta altos índices de violência urbana.

Elaboramos um roteiro com questões sobre o objetivo da pesquisa, buscando identificar três pontos centrais: definição como mulher; história de vida pessoal e das mulheres da família; identificação das relações de poder na família. Como todas apresentaram um interesse em expressar algo mais, pedimos que elas fizessem comentários, críticas, sugestões ou deixasse uma mensagem para outras mulheres. As entrevistas foram realizadas no mesmo dia e no mesmo espaço. Pedimos autorização à coordenadora do espaço para realização da pesquisa e contamos com todo o apoio da mesma para indicação de famílias com o perfil apresentado, sendo que esta sugeriu algumas opções de famílias, e após contatos prévios, conseguimos entrevistar as participantes.

Identificamos nas falas iniciais destas mulheres que as relações de poder se expressam nas famílias, mas fortemente reforçada pela educação, pela cultura, pelo trabalho. Isso foi citado como exemplo pelas participantes sobre a Educação quando: os meninos e as meninas são ensinados a brincarem com objetos e brinquedos diferentes. A participante Cristina relatou:

“meu sobrinho tem apenas três anos e ele simplesmente não consegue brincar com uma boneca, porque é coisa de menina”. Ressalta: “são muitos exemplos em que a gente percebe esta diferença entre homens e mulheres”. Quanto ao Trabalho a participante Mônica relatou um exemplo de desigualdade: “quando a gente procura um emprego é sempre mais fácil para os homens conseguirem”, e acrescenta: “isso é injusto, porque tem coisas que os homens fazem e que as mulheres podem e sabem fazer também, mas é mais difícil pra gente trabalhar”. No que se refere à Cultura: a participante Cristina contou como exemplo de desigualdade: “quando uma mulher na família engravida, já começam os julgamentos, mas com os homens não, mesmo se tiverem a mesma idade, a família pergunta por que ela deixou isso acontecer e como vai ser, mas ninguém pergunta por que isso ocorreu com ele.”

As mulheres da família estudada descrevem a dinâmica familiar como uma rede, na qual as histórias se cruzam, se conectam e ao mesmo tempo os ciclos se repetem nas gerações. Elas consideram que a família possui mulheres que são mais atuantes e representativas do que os homens. Elas definem que “as mulheres desta família são fortes, corajosas e guerreiras, que lutam e correm atrás dos objetivos e que este sentimento foi aprendido e é ensinado para as demais”. Outras questões observadas entre as participantes podem ser citadas: medo em expor suas questões, dificuldades e problemas com outras pessoas; desconfiança em relação à aceitação ou compreensão de suas falas; desproteção quanto ao convívio masculino doméstico ou nas ruas, como se precisassem estar atentas e cuidadosas, vigilantes quanto a si e as demais. Também apresentaram de forma evidente os sentimentos de cumplicidade, cuidado e sororidade com as mulheres da família, pois quando elas se encontram em dificuldades ou sendo vítimas de discriminação e preconceito, elas se ajudam e ensinam as demais a se unirem, a serem diferentes e buscarem novos caminhos. Essa questão permite refletir sobre como a sociedade regida por uma cultura patriarcal e machista incita a todo momento a concorrência, a disputa e a briga entre as mulheres, seja em relação ao trabalho, aos relacionamentos afetivos, à aparência física ou à vida acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher o tema sobre os impactos das relações de poder que afetam as mulheres nas famílias, buscamos compreender se existem desigualdades entre homens e mulheres, se este

fato atinge as mulheres em suas realidades e como estas contradições são reforçadas por uma cultura sexista, nas relações sociais e culturais. Desta forma, desde a escolha das categorias, dos referenciais teóricos, da metodologia, da coleta e análise de dados, nossa hipótese permeou o meu corpo de pesquisadora, pois a minha identidade e a de tantas mulheres se evidenciou nestas letras e linhas do texto acadêmico. Destacamos que as questões enfatizadas na pesquisa foram percebidas no cotidiano, na interação e diálogo com mulheres no dia a dia, escutando suas preocupações fomos percebendo como os relatos se conectavam, como seria possível identificar e refletir sobre as interações percebidas. Assim, delimitamos objeto, objetivos, metodologias e análises, observando, interagindo, compreendendo e identificando como a questão central deste estudo ganhava vida.

Como proposições preliminares apontamos algumas reflexões como expostas a seguir: Identificamos relações de poder em todas as esferas sociais, culturais, econômicas, mas nas famílias estas relações são construídas, fortalecidas, produzidas e reproduzidas. As relações de poder ocasionam relações desiguais entre homens e mulheres, neste cenário as mulheres são mais impactadas na vida familiar. As famílias estão passando por transformações sociais, culturais, econômicas e demográficas, algumas destas mudanças estão relacionadas aos papéis e funções desempenhados pelas mulheres na sociedade. No contexto de transformações as mulheres são mais afetadas por demandas e exigências relacionadas à vida familiar e doméstica, à educação, à cultura e ao trabalho; havendo acúmulo, sobrecarga e excesso de responsabilidades. Estas transformações afetam a vida prática das mulheres, mas também impactam no simbólico, na identidade feminina e nos papéis assumidos diante dos lugares que foram delimitados a sua condição feminina.

Almejamos que este estudo contribua para inspirar e mobilizar mais pesquisas sobre as contradições e desigualdades que afetam as mulheres, não como constatação, mas pela possibilidade de transformação. Constatamos que são muitas questões abertas e possibilidade para reflexões posteriores, em vista da própria estrutura da nossa pesquisa, seria impossível responder a tantos questionamentos, mas consideramos parte do processo possibilitar aberturas e pontos de conexão para outros estudos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; MORAES, Marieta Ferreira de. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: I – A vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

SCOTT, Ana Silvia. Famílias. *In*: PINSKY, Jaime *et al* (org.). **O Brasil no contexto: 1987-2017**. São Paulo: Contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Sousa. (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

SCHRIEWER, Jurgen. Aceitando os desafios da complexidade: metodologia da educação comparada em transição. *In*: SOUZA, Donaldo B.; MARTINEZ, Silvia A. (Org). **Educação Comparada: rotas de além-mar**. São Paulo, Xamã, 2009. (Texto 6 — Ler: pp: 62).